



# Editorial

Após o sucesso do volume 19, nº 2, do **Boletim do Instituto de Saúde (BIS)**, com o tema “**Diversidade Sexual e de Gênero**”, produzido em parceria com o Comitê de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, temos o prazer de trazer a continuidade da temática de promoção da saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI) em nosso estado, com **esta nova edição “Experiências Exitosas de Promoção à Cidadania e Saúde LGBTI”**.

Na edição anterior, procuramos apresentar a temática da diversidade sexual e de gênero sob a perspectiva de suas principais vulnerabilidades e dos problemas que a acometem, especialmente quanto à saúde, de forma a esclarecer nossos leitores, incluindo gestores e profissionais dos diversos municípios do estado de São Paulo, sobre a importância do tema e de integrar essas pessoas na promoção de saúde, divulgando os serviços ambulatoriais e hospitalares disponíveis no estado.

Nesta nova edição, trazemos uma seleção de experiências de sucesso, implementadas por diversos municípios paulistas com relação à cidadania e saúde LGBTI, enviadas após chamada feita pelo Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids do Estado de São Paulo (CRT DST/Aids SP), de forma a divulgá-las para o grande público e incentivar outros municípios a implementá-las ou inovarem suas iniciativas nessa temática. Incluímos também artigos sobre os principais serviços que atuam de forma ambulatorial com a população trans do estado, atualizando a nossa rede que, com muito esforço e não obstante o panorama nacional mais retrógrado quanto aos temas que

envolvem sexualidade e gênero, vem gradativamente se expandindo em todo o território paulista.

Inicialmente, as integrantes do **Comitê de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**, Fabiola S. Lopes, Regina Figueiredo e Tânia Regina C. Souza, apresentam um panorama da atenção em saúde oferecida à população LGBTI no estado de São Paulo. Em sequência, iniciam-se o relato das experiências de municípios paulistas quanto à saúde e cidadania LGBTQIA+: Fe Maidel, apresentando o **Programa Transcidadania do Município de São Paulo**; Amália O. Carvalho e Luciana L. Vieira descrevem a atuação da **CASA GENSEX de São Miguel Arcanjo**; Alexandre Yamaçake e colegas contam sobre a implementação do Ambulatório **DiaTrans, em Diadema**; Camila Canhoella, Iara V. D. Trombela e Tamiris R. M. Campos trazem a experiência de integração da população LGBT no **Hospital Regional de Jundiaí**, e Karla Thaisy B. Ferrari, no **AME e Hospital João Paulo II, em São José do Rio Preto**; Marcelen P. Longhi relata a iniciativa de trabalho junto a profissionais e clientela no **AME de Tupã**; Caio Vinícius C. Margini, a experiência implementada no **AME de Atibaia**; Patrícia C. Fracasso, Patrícia M. M. Garcia e Rayani de S. Tavares, o processo de educação permanente sobre os direitos LGBTQIA+ no **AME de Catanduva**; Maisa C. P. Salvetti e colegas, a implementação do respeito ao nome social no **AME e Hospital Américo Brasiliense**; e Josiane G. Pontes e Ronaldo B. Santos trazem a experiência do **AME de Itapeva**.

Numa segunda parte, procurando incluir a abordagem das questões sobre infância e adolescência LGBTI, Regina Figueiredo faz um apanhado de direitos em saúde sexual e reprodutiva deste público; Ísis Gois e colegas relatam a consolidação do **Núcleo**

<sup>1</sup> Lançada em 2018 e disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/issue/view/2207>

**TransUnifesp;** Rafael Gobbo e colegas, do **AmbGen da UNICAMP;** Beatriz Fejgelman e colegas falam do grupo lúdico terapêutico de crianças, e Beatriz Bork e Alexandre Saadeh relatam ações com os familiares atendidos no ambulatório **AMTIGOS, do Instituto de Psiquiatria da USP.**

Por fim, Renato Barboza e Alessandro S. Silva atualizam o panorama de grupos de pesquisa sobre a questão LGBT+ no Brasil.

Com isso, nos comprometemos a dar continuidade a esta luta, ancorando municípios, gestores e profissionais que queiram compartilhá-la, incorporando as demandas e necessidades de cidadania e de saúde da população LGBTI, historicamente tão excluída e discriminada, sob a égide da “Política Nacional de

Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com relação à sigla utilizada para designação da diversidade sexual e de gênero, mantivemos o respeito à grafia utilizada por cada autor, que fez sua redação conforme adotam em suas respectivas instituições e trabalhos.

*Comitê de Saúde Integral  
da População LGBT da  
Secretaria de Estado da Saúde  
de São Paulo*